

# Expresso

DIRECTOR: FRANCISCO PIRO BALBUENA - RED: PAV. DOUGLAS DE Figueira, 171-A 21ª - TELEFONES 5331-8111 E 31-38 - LISBOA

**24 horas**  
diariamente

## Nomeados (alguns) Secretários de Estado

Os nomes dos membros do Conselho de Estado foram anunciados no sábado. O Conselho de Estado é o órgão supremo da administração pública, sendo o órgão de assessoramento do Presidente da República. O Conselho de Estado é composto por 12 membros, sendo 6 nomeados pelo Presidente da República e 6 nomeados pelo Parlamento. Os membros do Conselho de Estado são nomeados para um mandato de 5 anos, sendo elegíveis para um novo mandato. Os membros do Conselho de Estado são nomeados para um mandato de 5 anos, sendo elegíveis para um novo mandato. Os membros do Conselho de Estado são nomeados para um mandato de 5 anos, sendo elegíveis para um novo mandato.

## Governador-Geral de Angola

Com. Sindical TAP crítica Com. Administrativa

## Com. Sindical TAP crítica Com. Administrativa

A Comissão de Trabalho TAP, após o anúncio da criação da Comissão Administrativa, criticou a medida. A Comissão de Trabalho TAP, após o anúncio da criação da Comissão Administrativa, criticou a medida. A Comissão de Trabalho TAP, após o anúncio da criação da Comissão Administrativa, criticou a medida.

## Gulbenkian ocupada

Em nome do Estado, a Gulbenkian ocupada. Em nome do Estado, a Gulbenkian ocupada. Em nome do Estado, a Gulbenkian ocupada.

## S. Sanches assume a responsabilidade

S. Sanches assume a responsabilidade. S. Sanches assume a responsabilidade. S. Sanches assume a responsabilidade.

## C.D.S. — novo partido da direita moderada

C.D.S. — novo partido da direita moderada. C.D.S. — novo partido da direita moderada. C.D.S. — novo partido da direita moderada.

## F. A. P. já preencheu uma das vagas do Conselho de Estado

F. A. P. já preencheu uma das vagas do Conselho de Estado. F. A. P. já preencheu uma das vagas do Conselho de Estado. F. A. P. já preencheu uma das vagas do Conselho de Estado.

## Banco Mundial suspende empréstimo a Portugal

Banco Mundial suspende empréstimo a Portugal. Banco Mundial suspende empréstimo a Portugal. Banco Mundial suspende empréstimo a Portugal.

## Incidentes em Luanda

Incidentes em Luanda. Incidentes em Luanda. Incidentes em Luanda.

## Interpretação serena duma situação agitada

Interpretação serena duma situação agitada. Interpretação serena duma situação agitada. Interpretação serena duma situação agitada.

## População aumentada

População aumentada. População aumentada. População aumentada.

## Programa

Programa. Programa. Programa.

## Programa

Programa. Programa. Programa.

## Programa

Programa. Programa. Programa.

## Programa

Programa. Programa. Programa.

### O NOVO GOVERNO

- 2 ministros que saem  
Sa Carneiro  
"Fugiu o ministro" pág. 3
- Persa de Moura  
"Fugiu o ministro" pág. 3
- 2 ministros que entram  
Wor Alves  
"Uma nova entrada" pág. 3
- Costa Martins  
"O lugar é outro" pág. 3
- 1 ministro que fica  
Maria Soares  
"Um lugar por enquanto" pág. 3
- Um problema de confiança  
"Confiança até 10" pág. 3
- Vitória do M.F.A.  
"Vitória do M.F.A." pág. 3

### O ULTRAMAR EM DEBATE

- O regime político brasileiro e a descolonização  
por Miguel Arrêt pág. 7
- Quais as perspectivas económicas para o futuro do Brasil  
por Miguel Arrêt pág. 7

### Os futuros médicos

Por Miguel Arrêt pág. 7

### 54 dias depois: «acertar o passo?»

por Miguel Arrêt pág. 7

### O problema africano

por Miguel Arrêt pág. 7

## Para o voto em junho a Fozz Coelha

## Uma dança para salvar o regime

Uma dança para salvar o regime. Uma dança para salvar o regime. Uma dança para salvar o regime.

## Negócios mundiais no dia 11

Negócios mundiais no dia 11. Negócios mundiais no dia 11. Negócios mundiais no dia 11.

## Programa

Programa. Programa. Programa.

## Programa

Programa. Programa. Programa.

## Programa

Programa. Programa. Programa.

## Programa

Programa. Programa. Programa.

pontualidade com

## Memomatic Omega



Omega Memomatic

O relógio de pulso que a idade e ser jovem, que o passado, com um ideal sorriso, de terra e céu, faz do cotidiano o seu cotidiano mais perfeito. E, por isso, de uma existência insuperável.

Omega Memomatic  a sua memória automática

## 24 horas em notícia

### Nomeados (alguns) Secretários de Estado

14H30M nomeados ontem os secretários de Estado em algumas áreas do novo Governo Provisório.

Aqueles cargos no Ministério da Coordenação Interterritorial são ocupados respectivamente por Deodato Nuno e Azeredo Coutinho (Secretários de Estado da Administração) e eng.º Fernando de Castro Feitas (Secretário de Estado dos Assuntos Económicos). No Ministério da Justiça o dr. Armando Bacelar, subsecretário de Estado no anterior Governo, passará a ocupar o cargo de secretário de Estado da Administração Judiciária.

No Ministério da Economia o eng.º José de Melo Torres Campos foi reconduzido ao cargo de secretário de Estado da Indústria e Energia; o dr. Alfredo Esteves Belo no de secretário de Estado da Agricultura; o dr. José Vezz Jardim ocupa o lugar de secretário de Estado do Comércio Interno e Turismo, cargo deixado vago por Rui Vilar, actual ministro da Economia; dr. Nelson Sérgio de Melo Rocha Triço no de secretário de Estado do Abastecimento e Preços. O dr. Mário Rêgo prescreve o lugar de secretário de Estado das Pescas, cargo que não chegou a ser ocupado no anterior governo.

A nomeação do dr. Silva Lopes antigo secretário de Estado das Finanças para o recém criado Ministério das Finanças originou os novos cargos de secretários de Estado do Orçamento e Tesouro. Assim aquelas funções passaram a ser desempenhadas pelos drs. António Setas da Costa Leal, Artur Conde, ambos subsecretários de Estado no extinto Ministério da Coordenação Económica.

Enquanto a Secretaria de Estado do Planeamento Económico integrou-se no Ministério das Finanças, facto só ocorrido no último Ministério de Marcello Cratão, manteve-se o dr. Victor Guerreiro Constantino.

Finalmente, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, o cargo de secretário de Estado passa a ser desempenhado pelo dr. Jorge Campos, que acompanhava já há tempos o Ministro Mário Soares nas suas deslocações.

Se não forem criadas novas Secretarias de Estado, estão de momento por preencher as cinco Secretarias do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, bem como as quatro Secretarias do Ministério da Educação e Cultura e as duas Secretarias dos Ministérios do Trabalho e dos Assuntos Sociais.

Os seja, foram nomeados 12 secretários de Estado, e falta nomear 13.

### Governador-Geral de Angola

EMBARCOU ontem em Luanda para a Metrópole, onde deverá ter chegado às primeiras horas da manhã de hoje, o governador-geral de Angola, general Sílvio Silvério Marques.

Entre as várias entidades com quem se wistará em Lisboa, é de prever que Sílvio Silvério Marques seja recebido pelo general António de Spínola, e quem, por certo, terá ao corrente da actual situação naquela colónia e, especialmente, em Luanda.

### Com. Sindical TAP critica Com. Administrativa

A COMISSÃO Sindical TAP, tendo tomado conhecimento dos termos em que foi formulado o pedido de demissão apresentado pela Comissão Administrativa daquela empresa à JSN na passada terça-feira — numa altura, recordamos, em que ainda não era conhecida a constituição no II G. Provisório — e divulgada posteriormente num respetivo boletim, elaborou um comunicado sobre a situação, convocando também para ontem à tarde uma conferência de Imprensa.

Assim, entende a C. Sindical não poder deixar de criticar os Administradores demissionários quando invocam em pé de igualdade os normais desentendimentos surgidos no desenrolar de uma negociação com os graves problemas vividos com o Governo e com a Base.

No decorrer da reunião com a Imprensa, a C. Sindical TAP informou das diligências já efectuadas, nomeadamente a que se refere ao encontro havido na passada quarta-feira com um membro da JSN, general Galvão de Melo; para informar aquele oficial de todos os acontecimentos ocorridos ultimamente e salientar que a C. Sindical não teve qualquer responsabilidade no pedido de demissão da C. Administrativa.

Segundo a C. Sindical, o general Galvão de Melo prometeu convocar brevemente a C. Sindical TAP, tendo sugerido que uma próxima reunião se efectuasse em conjunto com a C. Administrativa. A sugestão de tal reunião conjunta leva a crer que a JSN não teria sancionado o pedido de demissão da C. Administrativa da TAP.

### Gulbenkian ocupada

A GREVE com ocupação das instalações decidida pelos trabalhadores da Gulbenkian na passada quinta-feira acabou de manifestar o seu apoio a Associação Portuguesa de Escritores, em documento assinado por José Gomes Ferreira, o Movimento Democrático dos Artistas Plásticos, além de numerosos grupos de teatro, cantores e artistas que, desde ontem à noite, têm actuado nas instalações da Av. de Berna — com ambiente muito diferente do habitual — em manifestação de solidariedade aos trabalhadores daquela instituição.

Desde Maio que se trava o que acabou por conduzir a greve agora decretada. Para além de diversas medidas de revisão salarial, e de alteração de regulamentos internos da Fundação, os trabalhadores insistem em reivindicar o saneamento da administração na pessoa de três administradores (Marcelo Matias, Sá Machado e Guimarães Lobato). Em comunicado distribuído na quinta-feira, o Conselho de Administração, ao mesmo tempo que concede as melhorias salariais reivindicadas, nega aos trabalhadores o direito de interferirem nos problemas de administradores em termos que os primeiros consideram uma ameaça. Este o motivo que levou à greve e ocupação que atinge neste momento o seu auge.

### S. Sanches assumiu a responsabilidade

CONTACTADO telefonicamente pelo EXPRESSO, o actual advogado de José Luis Saldanha Sanches revelou-nos, no nome de ontem, de Elvas, que assistira, à tarde, ao primeiro interrogatório dirigido pelo juiz de carreira a quem foi cometido o encargo de tratar dos trâmites do processo, que deu entrada no Tribunal Militar há alguns dias. Saldanha Sanches assumiu, face ao magistrado Goçóvilas Pereira, a responsabilidade de afirmações contidas no hebdomadário, de que é Director Interino, «Luta Popular», órgão central do MRPP, alegadamente sujeitas ao foro militar devido a um conteúdo considerado de incitamento à deserção e de desobediência militar.

## C.D.S. — novo partido da direita moderada

FINALMENTE apareceu a público o partido de direita moderada que o "Expresso" há longa data tinha noticiado.

A sua denominação definitiva é a de Partido do Centro Democrático Social. Antes o "Expresso" falara das denominações — Partido Republicano Independente, Partido Democrático Independente e Partido Democrático para o Progresso Social.

Constituem a lista de fundadores do C. D. S., entre outros, Adélio Amaro da Costa e Alberto Ralha, colaboradores qualificados do ministro Veiga Simão, na Educação Nacional, Augusto Leite de Faria, deputado à última legislatura da Assembleia Nacional do regime deposita, feita em Outubro de 1973, Basílio Horta, ex-secretário-geral da Corporação da Indústria, Diogo Freitas do Amaral, professor de Direito, sucessor do prof. Marcelo Caetano na cadeira de Direito Administrativo e procurador à Câmara Corporativa até 25 de Abril e, presentemente, conselheiro de Estado, Paulo Marques e Silvério Martins, administradores de empresa, Valentin Xavier Pintado,

ex-secretário de Estado do Comércio e Victor Sá Machado, administrador da Fundação Gulbenkian.

### Programa

O programa do C. D. S. é o de um partido de direita moderada ou centro-direita, embora defendendo a construção de um futuro de "paz, liberdade e democracia social, no âmbito da plataforma cristã". O mesmo programa parte de um "humanismo personalista", para a igualdade efectiva de oportunidades, que entende ser assegurado numa linha de "respeito de cada indivíduo concreto".

Como é natural, o programa toma como pedra-chave o papel da iniciativa privada não desenvolvendo tão largamente a intervenção do Estado na vida económica, ao invés de linhas social-democráticas.

### Preparação

O lançamento do P. C. D. S., que é o terceiro partido de centro-direita aparecido em oito dias (conjuntamente com o P. S. D. P. e o P. S. D. I.) foi cuidadosamente

preparado, quer por quantos encabeçam a sua Comissão Organizadora, quer pelos que nele colaboram de forma não ostensiva.

Designadamente, ontem mesmo, o "Diário Popular" publicava um artigo de Adélio Amaro da Costa, de preparação da opinião pública para o lançamento do Partido, sobretudo, acentuando o seu carácter centrista. Os observadores políticos consideram que o elenco de organizadores do C. D. S., sendo em certa medida o de uma direita marocista de vocação europeia (com alguns elementos do OPUS DEI), aponta para um papel importante do novo partido no xadrez político português.

Já parece muito duvidosa a estes observadores a possibilidade de próximo entendimento do C. D. S. com o P. P. D. que, entretanto, com o aparecimento de três novos partidos à sua direita, ganha maior dimensão de partido de centro-esquerda. Aliás, já na vigência do anterior regime a linha de vários organizadores do actual C. D. S. divergia da dos então membros da "ala liberal", hoje integrados no P. P. D.

# A teoria e a prática: duas leituras

UM PONTO da situação política presente, e uma classificação das linhas de rumo do 2.º Governo Provisório foram as características dominantes dos discursos de posse do novo Governo.

Antes do mais, "ponto da situação política presente". Fizeram-no tanto o General Spínola, como o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves.

O General Spínola partiu do pressuposto de que "a maioria dos portugueses olha o futuro com apreensão", e passou a enunciar os sintomas e as causas que em sua opinião, explicariam esta reacção.

Quanto a sintomas, o Chefe de Estado referiu a "invenção de valores" aos mais diversos níveis ("nas ruas, nas empresas, nas escolas, e até em sectores da função pública de alta responsabilidade social").

Quanto às causas da experiência dos últimos dois meses o General Spínola, curiosamente, não se alongou acerca da herança do regime deposto, antes apontou a passividade da "massa silenciosa" perante os "delatores da exploração do homem pelo homem em nome da supremacia do Estado autoritário, seja em nome de ditaduras de classe, seja ainda em nome da ausência da lei arvorada em regra de conduta".

## Ataque — a quem?

Aliás, todo o discurso do Presi-

dente da República (o mais duro que preferiu até hoje) obedeceu a este mesmo tom político.

A dúvida posta pelos observadores é a seguinte: a quem se dirige o ataque, já que de manifesto ataque se trata?

Se, de algumas passagens, são possíveis várias interpretações ("não poderemos consentir que a sombra da liberdade se incalem ditaduras"), outras há que se apresentam de uma clareza linear. Vejamos as seguintes:

a) quanto às perturbações sociais: "nem poderemos consentir que se continue a atribuir apenas às forças da reacção as origens dos desmandos que a pouco e pouco começam a revelar o contexto em que se inserem.";

b) quanto ao estado de gravidade política do país: "Não se fez uma revolução para que o poder apenas passasse de um extremo a outro à custa do Porto Português.";

c) quanto aos processos de saneamento verificados ou em Curso: "Disciplina que não pode consentir que seja quem for azarbitro do seu estatuto social para, sob o ceptro da liberdade, lutar contra os direitos do seu semelhante ou se atribuir pretensas mbaças de saneamento que ultrapassam o quadro legítimo das prerrogativas conferidas pelo pacto social".

Conjugadas estas (e outras) passagens, nenhuma dúvida parece subsistir acerca dos destinatários visados pelo General António de Spínola.

## O futuro — dois depoimentos

Quanto às perspectivas futuras da vida política portuguesa, quer o General Spínola, quer o Coronel Vasco Gonçalves fizeram os seus depoimentos. Aliás, de uma forma muito correcta, o novo Primeiro-Ministro evitou demorar-se no diagnóstico da situação política anterior, ocupando-se predominantemente com a acção a empreender no futuro.

Primeiro ponto de partida da posição do General Spínola: respeito do Programa do MFA.

"(a) política que terá de continuar-se ao Programa do Movimento das Forças Armadas, além do qual se situa qualquer tentativa reformista de fundo e qualquer esforço de transformação radical das estruturas sociais".

Também o Coronel Vasco Gonçalves frisou, por várias vezes, e num tom ainda mais persuasivo que: "E dentro desta linha estaremos sempre atentos a quaisquer tentativas de desvio ao Programa do Movimento das Forças Armadas, venham elas de onde vierem. E preciso que o país o saiba sem ambiguidades. Não haverá desvios ao Programa do MFA, pois ele possui a flexibilidade suficiente para permitir o progresso, sem forçar transformações radicais do sistema



socio-económico em que vivemos."

Se analisarmos mais cuidadosamente os dois discursos, veremos, contudo, que há diferenças fundamentais entre o teor de um e de outro discurso. Enquanto o novo Primeiro-Ministro, fez questão de apenas definir as linhas do Programa político do Governo Provisório até Março de 1975, já o General Spínola desenvolveu largamente o tema do modelo de sociedade que os portugueses, em seu entender, repudiavam.

É certo, que o Presidente da República começou por afirmar que: "Não cabe aqui traçar o perfil do homem social em que se terá de moldar a sociedade portuguesa, pois, ao esboçá-lo, estaríamos desrespeitando a ética da missão que aceitámos. Serão os portugueses quem não-de-defini-lo em consenso; mas para tanto impõe-se que sejam de facto os portugueses a traçá-lo e não terceiros a detestá-lo; e que seja português o contexto em que esse perfil há-de recortar-se".

Mas, logo a seguir, acrescenta que: "Mas se tal definição não cabe na nossa ética, urge, todavia, delinear o perfil do que firmemente desejamos não ser. É certo que o pronunciamento do povo português poderá ser resumido na afirmação de que os cidadãos, independentemente do pendão político da sua preferência, não desejam uma sociedade em que, de um modo ou de outro, apenas beneficiem uns tantos; não desejam a sua liberdade coartada sendo pelas leis que votaram; não desejam que a desordem anárquica se lance no desespero da luta pela subsistência; não desejam viver no pesadelo da dívida sobre um futuro ameaçado pela constante insegurança cívica e social; não desejam a vida dos seus filhos destruída pela perversão dos valores que constituem fundamento moral da dignidade humana; não desejam, então que em nome de liberdade se lancem de novo em outras formas, bem mais crúas de escravidão".

Ora, a definição pela negativa é obviamente, uma forma de definição, embora não tão evidente como a definição positiva.

Por outro lado, expressemos como "inverso" dos valores que constituem fundamento moral da dignidade humana", não, por si só, mas, de uma amplitude que permite naturais divergências de conteúdo. Só que, no contexto do discurso de António de Spínola, tal expressão avança uma opção clara por parte do Chefe de Estado.

Compete ao observador político anotar o facto e dele retirar as devidas conclusões.

### Objectivos concretos

Depois, quer um, quer o outro, os oradores falaram de objectivos políticos concretos.

António de Spínola citou concisamente — e bem — o princípio de que "a definição viaja pelo Programa".

M. F. A. não deverá procurar o implacável deste ou do sistema de governo, sem impôr reforço de fundo que possam "exorbitar do mandato conferido".

Estas suas palavras foram retomadas pelo Coronel Vasco Gonçalves, em termos claros: "Neste contexto, convém clarificar certas ambiguidades surgidas ultimamente em torno do problema da viabilidade das chamadas "reformas de fundo". Efectivamente, o Programa do Movimento das Forças Armadas não permite a efectivação de transformações radicais ou revolucionárias da estrutura socio-económica da sociedade portuguesa; nem contudo, da letra nem do espírito do referido



programa se pode concluir que não pensam desde já ser adoptadas as medidas que se julgam necessárias para acclimat o progresso económico-social, melhorar as condições de vida do povo português e aproximar-lo dos níveis dos outros povos da Europa".

A questão em apreço é tanto mais pertinente quanto ela se discute, de uma forma crucial na discussão de questões económicas e sociais, na vigência do primeiro governo provisório.

Também foram mencionados pelos Chefes de Estado e do Governo pontos prioritários como a regulamentação dos mecanismos de conciliação dos conflitos de trabalho, do direito à greve, da organização sindical e patronal, da formação dos partidos políticos e do processo eleitoral.

com o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, Vasco Gonçalves expõe os diversos pontos da posição governativa quanto à questão africana: "As conjunturas político económico-sociais nos territórios da Guiné, Angola e Moçambique que são diferentes, bastante diferentes, entre si;

Necessitamos de manter sempre a lealdade, sem nos deixarmos ultrapassar pelos acontecimentos; — É necessário assegurar, no início do processo de descolonização, os diversos interesses dos povos em presença..."

Também mencionou responsabilidades históricas portuguesas nos territórios da Guiné, Angola e Moçambique. Significativamente, Vasco Gonçalves não falou de qualquer outro território africano.

## Partidos políticos

Na tarefa de democratização da vida política, económica e social desempenham papel essencial os partidos políticos. Não admirar, portanto, que eles tenham estado presentes nas preocupações e nas palavras de Spínola e Vasco Gonçalves.

O primeiro — de fuga — aliás à abstrata a todos os partidos políticos "com excepção apenas daqueles que ameacem o exercício das liberdades que propugnamos ou visem finalidades antinacionais". E, especificando, considerou perigosos o serviço de "inimigos partidários que não se coartam nas fronteiras morais da Nação".

Já o Primeiro-Ministro dedicou largo espaço do seu discurso aos partidos políticos, tal como o fez em relação à imprensa. E frisou o papel informativo e formativo essencial dos partidos, por sobre as querelas partidárias, que representaram o "traste passado de antes de 1926".

## África

Esperada com expectativa pela opinião pública uma referência de Spínola ao problema africano, essa referência acabou por aparecer, mas pela boca de Vasco Gonçalves.

Anunciando uma próxima revelação do Presidente da República, que poderá segundo círculos bem informados ligar-se

## Doas mensagens

Sintetizando o conteúdo dos dois discursos em apreciação, teremos que a mensagem essencial de António de Spínola reside no processo que fez à situação política actual, para concluir com a afirmação peremptória:

"O Estado ou é forte ou não é Estado".

Já nas palavras de Vasco Gonçalves (que começou por aquietar a iniciativa privada) o tomou foi outro.

Não fez de lembrança do poder do Estado, nem da necessidade da sua acção, mas de um apelo aos portugueses para uma verdadeira mobilização nacional: "Sem trabalho árduo de todos os portugueses, sem um esforço gigantesco a todos os níveis (Estado, empresário e classes trabalhadoras), no projecto de reconstrução e modernização nacional, que deve ser o lema instalado na cabeça de todos nós, jamais será levado a cabo o desenvolvimento do País."

Faço ao modo de problemas a solucionar, as palavras de Vasco Gonçalves assumem a função de complemento da advertência de Presidente da República.

E devem ser urgentemente pensadas por todos os sectores da vida nacional que entram na viação fácil de confundir o regime democrático em criação com a via fácil da demagogia e da utopia. Que, claro, começa, quase sempre, pela adopção da inactividade. — N. S.

## Semana Nacional

**António Spínola:**  
**"Há quem esqueça..."**

O GENERAL Spínola na tomada de posse dos membros do novo Governo e ao analisar o actual momento político — "momento em que a maioria dos Portugueses olha o futuro com apreensão", segundo afirmou — deixou bem claro que o clima em que temos vivido nos últimos dois meses terá de terminar: "as modas em que por essa via não poderemos construir o País livre, democrático, digno e próspero em que os portugueses desejam viver, nem alcançaremos os objectivos de paz, de liberdade e de justiça social para que despertámos na madrugada de 25 de Abril".

"Objectivo que alguns estão empenhados em ignorar — acrescentou —, pois há quem esqueça que as mediações de que o País carece deverão processar-se, nos termos do Programa do Movimento das Forças Armadas, sem convulsões internas que afetem a paz, o progresso e o bem-estar dos portugueses; há quem esqueça que, até ao momento em que o Povo manifesta democraticamente a sua vontade perante as opções fundamentais que só a ele cabe tomar, nenhum Governo poderá proceder a reformas de fundo que alterem as estruturas da Nação e o foro íntimo dos cidadãos sob pena de exorbitar do mandato conferido; e há, enfim, quem esqueça que o 25 de Abril se situou sem intenção clara, na via da salvação da Pátria pela democratização da vida política nacional, sem procurar implantar este ou aquele sistema de Governo".

"Propusmo-nos construir no mais curto prazo a democracia em Portugal, e construí-la-emos. Propusmo-nos resolver os mais prementes problemas nacionais, e resolví-los-emos. Propusmo-nos abrir caminho à dignificação do Povo Português pela participação e cabal realização de cada cidadão mediante a sua participação na vida política da comunidade, e assim procedemos".

"Propusmo-nos, em suma, consolidar as liberdades fundamentais e acelerar o progresso económico e social e não abdicarmos dos compromissos tomados", declarou o general Spínola.

## Vasco Gonçalves: "As linhas políticas que regerão o País"

O NOVO Presidente do Conselho de Ministros, coronel Vasco Gonçalves no discurso que pronunciou no final do acto de posse traçou "as linhas mestras que terão de presidir à acção executiva do Governo".

"Tendo por base a plataforma programática do Decreto-Lei 203/74, de 15 de Maio de 74 — disse o coronel Vasco Gonçalves — o Governo debaterá-se-á, prioritariamente, na definição precisa, concreta e sem ambiguidades das linhas políticas que regerão o País em todos os aspectos da vida nacional durante o período do Governo Provisório. Dezoito enunciado que constitui tarefa fundamental a firme decisão de impor, desde já, uma nova moralização da vida nacional como condição básica para a tomada de medidas que a actual situação económica e social do País exige para prestígio das instituições públicas que deverão dispor de um critério de confiança perante o País".

O coronel Vasco Gonçalves afirmou então que "na definição da política económica portuguesa, que necessariamente tem de estar ao serviço do povo português, e muito particularmente das camadas mais desfavorecidas, tem que se ter em consideração as potencialidades de parte da iniciativa privada, cujo adesão sem ambiguidades ao esforço de reconstrução nacional é condição necessária à modernização da economia e ao progresso da sociedade portuguesa".

Mais adiante o Presidente do Conselho, depois de afirmar que "pela parte do Governo, tudo se fará para que o clima de confiança que a livre iniciativa requer se estabeleça desde já no integral respeito dos superiores interesses nacionais", salientou que a realização das medidas de política económica e social permitidas no quadro do Programa do Movimento das Forças Armadas e previstas para a actual fase não serão postergadas de levar à prática "se não se instaurar desde já um clima de trabalho com a mobilização plena de todas as potencialidades humanas e materiais deste país".

"Sem trabalho árduo de todos os portugueses, sem esforço gigantesco a todos os níveis, Estado, empresários e classes trabalhadoras, no projecto de reconstrução e modernização nacional, que deve ser o leme instalado na cabeça de todos, jamais será levada a cabo o desenvolvimento do País. Simultaneamente, todos teremos de viver durante este período em atmosfera de autêntica austeridade, gastando menos no supérfluo e poupando quanto possível para aplicação no esforço global de investimentos que a todos, mas a todos, diz respeito".

O coronel Vasco Gonçalves abordou também o papel dos meios de Comunicação Social, dos partidos e das associações civis "nesta tarefa de reconstrução nacional".



## Palma Carlos revela documentos

O EX-PRESIDENTE do Conselho de Ministros, prof. Palma Carlos, deu agora publicidade aos dois documentos que esclarecem as razões da sua decisão de abandonar o I Governo Provisório Civil, como oportunamente anunciou à Imprensa que o faria. O primeiro documento Palma Carlos diz respeito à motivação das alterações que tinha sugerido; o segundo, propunha a redacção dos novos preceitos que, em seu entender, deveriam ser promulgados.

"Como facilmente se verá — afirma Palma Carlos no texto que antecede os referidos documentos que teriam estado na origem do seu pedido de demissão — não se contém neles quaisquer exigências ou imposições; formulam-se meras sugestões, fruto de longa meditação e alguma experiência de um homem que nunca encobriu os seus pensamentos e, à míngua de outras, tem a virtude de ser sincero."

## Fusão de duas organizações marxista-leninistas

DELEGADOS do "Comité de Apoio à Reconstrução do Partido (M-L)" e da "Luta Comunista", eleitos pelas células de várias regiões de ambas as organizações e representantes das respectivas direcções, após uma série de contactos e encontros preparatórios, reuniram-se em Conferência durante dois dias no princípio da semana. A ordem de trabalhos da referida Conferência foi a seguinte: discussão da linha política e trabalho de massas; discussão do trabalho de organização; o movimento Marxista-Leninista e a reconstrução do Partido Comunista; e fusão de ambas as organizações, eleição de nova direcção.

No final da Conferência foram aprovadas teses e resoluções que se decidiu publicar para discussão com todos os militantes e simpatizantes. Os delegados presentes votaram por unanimidade e ratificação a fusão das duas organizações.

A nova organização resolveu manter o nome de Comité de Apoio à Reconstrução do Partido — CARP (M-L) — por considerar que exprime correctamente o seu objectivo na luta pela reconstrução do Partido Marxista-Leninista. Como seu órgão central passará a editar o boletim "Luta Comunista". Igualmente ficou decidido deixar de publicar-se o órgão "Linha Marcha".

A Conferência decidiu ainda dirigir um apelo a todas as organizações e núcleos que se orientam pelo Marxismo-Leninismo para que se intensifiquem os contactos com vista à unificação, como passo necessário à reconstrução do Partido da classe operária.

## O P. C. P. e a "Newsweek"

UM ELEMENTO pertencente ao Comité Central do Partido Comunista Português desmentiu a notícia da "Newsweek" divulgada na Imprensa portuguesa segundo a qual aquela organização política teria recebido da União Soviética um subsídio de cerca de 875 mil contos, classificando-a de "manobra que faz parte de uma campanha de calúnias e difamações do Partido, orquestrada não só no plano nacional como internacional, no intuito de fazer reafirmar a confiança das massas populares junto do Partido".

Segundo o conhecido semanário norte-americano a União Soviética teria concedido ao PCP um subsídio no valor de 35 milhões de dólares (cerca de 875 mil contos). A revista acrescentava que o Partido Comunista conseguira já criar 44 células em Portugal e assegurar lugares de preponderância no Movimento Operário Português desde o 25 de Abril: A "Newsweek" referia também que os comunistas obteriam cerca de vinte por cento dos votos se fossem realizadas eleições em Portugal neste momento.

Um outro responsável do PCP, contactado por um vespertino Lisboa no sentido de se saber se tinha sido considerada a publicação de qualquer documento sobre a notícia divulgada pela revista nova-iorquina, disse que o Partido "não pode responder particularmente a cada uma das calúnias que contra ele se ventilam, primeiro por causa do tempo que isso se consumiria, depois porque, fazendo-o, alimentaria a própria reacção".

SÁ CARNEIRO, FRANCISCO NOVA, FRANCISCO POSEIRO

# Dois ministros que saem falam ao "EXPRESSO"

Sá Carneiro:

## "Legislava-se pouco, discutia-se muito"

**EXPRESSO** — Qual a sua opinião sobre a composição do novo Governo?

**Sá Carneiro** — A característica mais evidente do novo Governo é a preponderância dos elementos militares do Movimento das Forças Armadas. Quando se constituiu o primeiro Governo civil provisório, a regra observada foi a de que dele não deviam fazer parte quaisquer militares, com a única excepção do ministro da Defesa. Agora, dois meses volvidos, vemos que se trata mais de um Governo militar — e de um Governo do Movimento das Forças Armadas — do que de um Governo civil, como está previsto no Programa do MFA.

Isto mesmo, de resto, o salientou assentem o brigadeiro Sariva de Carvalho, dizendo que a assumpção do poder político pelo MFA significava a instauração de uma "democracia militar".

Pelo que respeita à distribuição de pastas entre civis, o conhecimento observado e mantido foi o da coligação entre os três partidos que figuravam no Governo anterior — F. C., P. S. e P. P. D. — perdendo cada um deles uma pasta para que fosse possível a atribuição a membros do MFA daquelas que a presença de militares foi julgada mais necessária.

### Reforço da autoridade

**EXPRESSO** — Em seu entender, o actual Governo reúne mais ou menos condições do que o anterior para levar a efeito o necessário processo de democratização da sociedade portuguesa e assegurar a realização das eleições à Constituinte no prazo fixado para o efeito?

**Sá Carneiro** — Creio que detém mais possibilidades do que o anterior, embora a composição desse leste não conforme ao Programa do MFA. Mas é precisamente no medida em que há uma inibição do que se prevê no Programa neste aspecto, ou seja, no medida em que passou a haver coincidência entre poder político e poder revolucionário ao nível do Governo, que o cumprimento do mesmo Programa se torna mais viável.

Há um manifesto reforço da autoridade. E creio que, acima de tudo, talver esta situação permita superar, no essencial, a urgente desambiguação, da qual depende a actualização de muitos outros problemas.

### Acusações falsas

**EXPRESSO** — Em certos sectores da imprensa, foi atribuída ao PPD uma parte da responsabilidade pela eclosão da crise governamental, que, com ela — segundo chegou a ser sugerido — seria pretendido fazer o jogo das dummies. E há quem diga que, com isso, a sua imagem política teria sido prejudicada. O que pensa disso?

**Sá Carneiro** — Houve efectivamente em certa imprensa um ataque veleid, que depois foi desmentido, ao P. P. D. por membros do Governo deste Partido e a mim próprio. Fizeram-se acusações falsas, desmenteadas, sobretudo na imprensa partidária, um ataque continuado que creio que ainda perdura. Não lhe dou grande importância...

Por outro lado, quanto à minha imagem política, não me compete a mim julgá-la.

O que posso dizer, e acho isso importante para repar a verdade, é que nem o P. P. D. nem os membros do Governo que a ele pertencem desempenharam qualquer papel no eclosão da crise ou foram causa dela. Disse-se que o problema não foi posto previamente ao Conselho de Ministros, isto não é verdade. O prof. Palma Carlos pôs o problema ao Conselho duas ou três semanas antes daquela em que comunicou que iria submeter as suas propostas ao Conselho de Estado. Nessa ocasião em que comunicou ao Conselho de Ministros os pontos que entendia fundamentais para clarificação da situação política e para criação de condições de Governo eficaz, com tomada de resolções de fundo, estes pontos foram discutidos, e cada um dos ministros pronunciou-se sobre eles... Houve pelo menos um partido, que não o P. P. D., que emitiu a sua opinião sobre eles. Recordo-me que isso aconteceu por ocasião da visita de Moniz...

Mais tarde, no dia em que foi ao Conselho de Estado apresentar os seus projectos, o prof. Palma Carlos deu conhecimento aos membros do Governo que se encontravam presentes — suplicho que então estavam todos — do que ia fazer. Não deu, no entanto, conhecimento do teor dos seus projectos nem aos membros do PPD, nem aos demais membros do Governo.

Pelo contacto constante que mantinha com o prof. Palma Carlos, é natural que algumas vezes eu tomasse conhecimento do que se ia passando a esse respeito entre os outros ministros. Por vezes, sabia o que ele ia comunicar ao Conselho de Ministros antes de ele o fazer, mas não tudo. Os ataques desmenteados contra o P. P. D. e contra mim próprios por certa imprensa não se baseavam assim em

qualquer realidade nem têm o menor fundamento. Demais há que notar que não foram apenas o ministro P. P. D. que se declararam com o prof. Par-Carlos: em quatro, dois era P. P. D., dois não eram...

Não houve, pois, qualquer interferência do P. P. D. na evolução dos acontecimentos. Quanto ao motivo dessas ataques — que não demora que o P. P. D. é, pelo menos, temido, e temido porque é forte: representa uma força real na política portuguesa, que outras forças não vêm com bons olhos. E é por isso que aqueles que se dizem democratas, na prática não respeitam o jogo democrático e as posições partidárias diferentes das próprias. Confio, no entanto, em que, com o tempo isso desaparecerá.

**EXPRESSO** — É o único secretário-geral de um dos três partidos da coligação que não faz parte do segundo Governo Provisório porquê?

**Sá Carneiro** — Logo a seguir à crise e de o prof. Palma Carlos ter sido declarado o enviado que foi feito pelo Presidente da República para constituir novo Governo, eu fui abordado no sentido de aceitar a minha participação no segundo Governo. Foi-o imediatamente dias depois. E desde logo tomei claro que não aceitava participar no novo Governo, declinando o convite.

Gambos fissuras também que o P. P. D. estaria disposto a manter-se na coligação, colaborando através de representantes seu no novo Gabinete.

Ja torrei pública as razões da minha actual posição. Entendo que neste momento sou mais útil ao País e ao meu Partido, trabalhando exclusivamente neste como secretário-geral.

E creio que os secretários-gerais dos dois outros partidos estão no Governo. Mas, quanto a mim, isto não tem qualquer significado especial. O que é fundamental é que os três partidos se mantenham na coligação.

## Críticas ao M. D. P.

EXPRESSO — Quer o P. P. D. quer o P. S. têm tomado posições críticas relativamente à conveniência da existência, hoje, do Movimento Democrático Português. Por outro lado, verifica-se que no actual Governo, contrariamente ao que se passava com o anterior, não está integrado nenhum elemento saído das fileiras do M. D. P. Têm as posições assumidas pelos dois partidos sido determinantes dessa ausência?

Sá Carmelo — As razões de fundo dessa tomada de posição crítica dos dois partidos, e tanto quanto se pode ajuizar pelo que foi tornado público, radica no reconhecimento do facto de, existindo partidos, como é essencial em democracia, a institucionalização da mesma democracia passa pelo reforço e pela acção dos partidos, muito mais do que pela actuação de movimentos unitários.

Já o P. P. D. disse num comunicado que não podemos de modo algum aceitar que haja actualmente uma União Nacional de sinal contrário. E nos partidos e pela acção dos partidos que se faz a consensualização política de posse, se preparará e efectivará a institucionalização da democracia.

Compreende-se que, num regime que nega a liberdade, as forças democráticas se unam para uma acção de oposição. A partir do momento em que a liberdade foi restaurada e que há possibilidade de actuação partidária, a unificação institucionalizada das forças democráticas deixa de se justificar. Isto é muito diferente, como é lógico, de quaisquer coligações a nível de Governo, ou de quaisquer uniões de partidos a nível eleitoral.

Quanto à não presença do M. D. P. na coligação governamental creio que não há que estranhá-la. Não sendo o M. D. P. um partido, nem devendo ser considerado como tal, nem como tal tratado, é evidente que a coligação abrangia apenas os três partidos que já faziam parte no Governo anterior.

EXPRESSO — Ouve-se dizer em certos meios que o M. D. P. está para o P. C. como a SEDES está para o P. P. D. Ora, a ser assim, a relação de forças dentro do actual Governo, no seu elenco civil, seria francamente favorável à linha centro-esquerda preconizada pelo P. P. D. O que pensa disso?

Sá Carmelo — Não há qualquer paralelo entre a SEDES e o M. D. P., nem entre a relação de forças de influência e de acção M. D. P. P. C. P. e SEDES-P. P. D. Efectivamente, não há, pelo que respeita ao P. P. D. e à SEDES laços que os unam a não ser uma certa coincidência de pessoas. Há gente do P. P. D. que esteve na SEDES, há gente da SEDES que está no P. P. D. Mas isso é muito diferente daquilo que se passa com o P. C. F. e o M. D. P.

Portanto, nem há qualquer paralelo, nem a presença de membros da SEDES no Governo tem o significado que a sua pergunta admitia.

## O Partido de Palma Carlos

EXPRESSO — Com surpresa geral, o prof. Palma Carlos, imediatamente a seguir à aceitação do seu pedido de demissão do cargo de Primeiro-Ministro, anunciava a criação de mais um Partido político: o Partido Social Democrático Português. Afirmando numa declaração inicial uma linha social-democrática (portanto e que já era reivindicada pelo P. P. D. desde a respectiva constituição, há cerca de dois meses), acontecer que até alguns aderentes deste partido têm dito, particularmente que o P. S. D. P. se situa mais à esquerda que o P. P. D. De qualquer modo, trata-se de um partido que, parece dirigir-se à mesma faixa de opinião pública, poderá vir a mostrar-se um concorrente do P. P. D. Tem alguma opinião já formada sobre este assunto?

Sá Carmelo — Pouco se sabe do novo partido anunciado. E o pouco que se sabe é, a meu ver, manifestamente insatisfatório para se afirmar que ele se situa mais à esquerda do que o P. P. D. Pelo contrário...

Por algumas das pessoas que assinam a declaração, o novo partido situar-se-á à direita do P. P. D.

Mas só a publicação do seu programa ou de um manifesto mais desenvolvido — o que até agora surgiu foi apenas uma declaração de intenção de formar um partido — permitirá ajuizar da linha seguida.

O P. P. D. é o único partido, neste momento, que preconiza a social-democracia como solução para Portugal, o único que o faz com portenor suficiente para assegurar que está numa linha real de social-democracia.

O que se passará com outros partidos, designadamente com esse que referiu, só poderá dizer-se mais tarde. Em todo o caso, tendo imediatamente a seguir ao seu pedido de demissão, o prof. Palma Carlos fundado um partido, parece que seria com esse partido em formação que a opinião pública deveria identificar a tomada de posição pessoal do prof. Palma Carlos.

Não foi isso que se fez e, ignorando a lógica mais elementar,

Continua pag. 4

## Sá Carneiro

Continuação pág. 3

procurou-se acasou o P. P. D., identificando-o com a posição do Primeiro-Ministro demissionário. O que mais uma vez provou o carácter tendencioso e infundamentado desses ataques. Em suma, — que, de tudo isto, saiu fortalecida a posição do P. P. D. e francamente diminuída a autoridade moral e política do sector de opinião que o acasou de um modo incoerente.

### Desrespeito pela coligação

**EXPRESSO** — A terminar, quer-nos dar a sua interpretação da crise do primeiro Governo Provisório, apontando designadamente os factores que para ela terão contribuído?

**Sá Carneiro** — Em primeiro lugar aponto a dificuldade de funcionamento do Governo. Estávamos num regime em que tudo era discutido e levado a Conselho: assuntos da competência própria de cada um dos ministros, que os ministros podiam despachar sozinho, eram ventilados longamente nas reuniões do Conselho. Creio que se exagerou o princípio da decisão colegial, que talvez ainda na actual lei constitucional; e que impediu até que se recorra a Comissões de Ministros restritas (para assuntos económicos, por exemplo).

O involuntário exagero posto no funcionamento do princípio da colegialidade levou a longuíssimas e

intermináveis reuniões do Conselho, pouco produtivas em matéria de legislação que era urgente. E evidente que isso deu ao País e creio que ao próprio Governo (pelo menos a alguns dos seus membros) um sentido de frustração: avançava-se pouco, legiava-se pouco, reunia-se muito, discutia-se muito... E havia problemas urgentes e instantes a resolver, designadamente legislação que tinha prazo de publicação. A demora na sua preparação não permitiu sequer que a discussão se iniciasse em alguns casos em tempo útil. Ficaram prontos os diplomas que constituíram o conjunto de medidas do Ministério da Coeservação Económica.

Por outro lado, a coligação tem regras tácitas que infelizmente nem sempre foram observadas. Um Governo de coligação impõe que as decisões tomadas sejam, acatadas pelos partidos... E isso nem sempre aconteceu...

Alguns dos partidos que faziam parte da coligação atacavam frontalmente decisões ou legislação do Governo, especialmente quando ela era menos popular ou menos agradável. Chegou-se ao ponto de ver que medidas aprovadas em Conselho eram imediatamente depois contestadas partidariamente. Lembro o caso da comissão "ad hoc" para a imprensa, um projecto do Ministério da Censuração Social. Esse decreto-lei, assinado por todos os ministros, foi imediatamente impugnado por dois dos partidos da coligação.

Lembro o caso das medidas económicas aprovadas em Conselho que foram atacadas em

nome de um ou dois partidos da coligação que não o P. P. D. Recurso ainda o caso da nomeação do embaixador Velga Simão aprovada, como não podia deixar de ser, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Também ela foi vivamente impugnada por partidos da coligação.

E evidente que isto tudo tinha de ter, e teve, consequências graves. Levava até a dar ao País uma falsa imagem do Governo e da posição relativa de cada um dos partidos na tomada de decisões. Se, sempre que as decisões tomadas em Conselho eram menos populares, algum ou alguns dos partidos de coligação se acasava cá fora publicamente, automaticamente aparecia como odioso o partido ou partidos respeitadores das regras da coligação, que não tomavam posições contrárias àquilo que no Governo tinha sido decidido.

Este foi um dos factores importantes da eclosão da crise.

Os outros factores, já sobejamente conhecidos, foram sobretudo a insegurança ao nível da agitação social, a necessidade de acelerar a descolonização, a necessidade de dinamização rápida da vida económica, etc.

Que a crise era fundada e que havia necessidade de mudar de orientação e, até, de fazer algumas modificações, provou-o o seu desfecho e a solução que foi encontrada. Se essas medidas são melhores do que as do prof. Palma Carlos só o futuro o poderá revelar... Espero confiadamente que a solução encontrada permita acelerar a democratização e a descolonização, como é indispensável.

## Pereira de Moura:

## "Nem o centro, nem a esquerda, levaram a melhor"

**EXPRESSO:** Que pensa da recente crise ministerial e da sua resolução?

**FRANCISCO PEREIRA DE MOURA:** Quanto à crise, há que distinguir as manifestações inediatas e as causas profundas.

Como manifestações imediatas, tivemos o anúncio ao Conselho de Ministros, por Palma Carlos, do seu pedido de demissão e, no dia seguinte, a informação que só restava a pedido desde que fossem satisfeitas duas condições: a primeira, era o reforço dos poderes do primeiro-ministro; a segunda era a antecipação da eleição do Presidente da República. O Conselho de Estado não aceitou o essencial destas condições e foi mais outra, que entretanto aparece e que era a promulgação de uma Constituição provisória, arastando para Dezembro de 1976 a eleição da Assembleia Constituinte. Face à sua recusa do Conselho de Estado, o Professor Palma Carlos demitiu-se, acompanhado por três ministros que com ele se solidarizaram.

Quanto às causas profundas, temos que nos interrogar sobre as razões que levaram o primeiro-ministro de centro e outros membros do Governo a considerar inaceitáveis ou de aplicação inadequada as circunstâncias, pontos importantes do Programa do M.F.A.

Por mim, não encontro outra hipótese explicativa que não passe pelo temor das forças centristas diante do avanço muito rápido da adesão popular aos partidos e forças à esquerda. Também admito que não deva excluir-se alguma interferência estrangeira, essencialmente dos Estados Unidos e da NATO, diante desse mesmo avanço da esquerda n'Povo português.

Quanto à resolução da crise, implicou a entrada em pleno do M.F.A. através de alguns dos oficiais mais representativos, para o elenco governativo.

**EXPRESSO:** Como analisa e que significado atribui a essa entrada?

**F. P. M.:** Não posso deixar de relacionar essa entrada que, pelo menos ao nível do primeiro-ministro só foi escolhido sábado, à tarde, com a decisão sobre o COPCON e a tomada de posse de outro oficial muito representativo do M.F.A., Otelo Saraiva de Carvalho para esse posto-chave do Comando das Forças Armadas.

Ambed acontecimentos significam o mesmo: as Forças Armadas dispõem-se ao cumprimento integral do seu Programa, têm força para o exigir e não hesitam perante a própria entrada directa nas funções governativas com o fim de assegurar essa execução. Parece-me impossível deixar de interpretar estes acontecimentos como não significando algum desacordo da parte do M.F.A. em relação à política seguida pelo primeiro Governo provisório, desacordo pelo menos no que respecta à lentidão com

que se marchava nalguns domínios e às hesitações ou até às soluções excessivamente conservadoras decididas noutros campos.

**EXPRESSO:** Pode dar-nos alguns exemplos do que considera hesitações e soluções conservadoras especialmente sistematizadas?

**F. P. M.:** Quanto a hesitações, as relacionadas à regulamentação da greve; quanto a medidas conservadoras as assumidas em matéria de política económica como foi o caso do Fomento Industrial e dos vencimentos do funcionalismo.

**EXPRESSO:** Quais, entre centristas e elementos da esquerda, levaram, na sua opinião, a melhor na recente formação do Governo?

**F. P. M.:** Nem uns, nem outros. Nesta recomposição quem se afirma de forma significativa é o M.F.A. O que sai reforçado é o Programa do M.F.A. As palavras do primeiro-ministro foram suficientemente claras. Não quem não o começa. A ele e a mais alguns que li então... Quanto à minha não entrada, eu não fui convidado.

**EXPRESSO:** Face ao momento actual, qual a razão de ser de um movimento unitário como o MDP, face ao crescimento e à influência das maiores das estruturas partidárias?

**F. P. M.:** Penso que é importante voltar ligeiramente atrás, para se perceber bem que funções o MDP pode preencher e avaliar da necessidade ou não da sua existência. Na origem do MDP, estão movimentos distritais de unidade democrática que com uma quase total autonomia, um em relação aos outros desempenharam um papel importantíssimo na luta antifascista, sobretudo a partir de Outubro de 1969. Nes-

ses movimentos distritais unitários participaram pessoas de formação política muito diferente: socialistas, comunistas, pessoas sem filiação.

Veio o 25 de Abril e, imediatamente a seguir, num Encontro Nacional de Delegados de todos os distritos, discutiu-se e deliberou-se acerca do que continha fazer. Por um lado, veio ao de cima a necessidade de prosseguir a luta ainda durante muito tempo a luta antifascista, visto que as estruturas e forças de apoio do regime deposto se mantinham — como em grande parte ainda se mantêm — intactas. Por outro, reconheceu-se que junto de larguíssimas camadas de população poderia encontrar-se a acção pela conquista da liberdade, pela descolonização, pelo progresso social, pela libertação dos trabalhadores, pela construção democrática mas que, muito dificilmente, haveria resposta aos apelos e à propagação de partidos políticos. Por estas razões, decidiu-se manter a acção de agrupamentos de unidade democrática em cada distrito, consolidando a sua coesão ao nível nacional, uma vez que as tarefas que agora se apresentavam já não consistiam em campanhas eleitorais para eleger os deputados de cada distrito, mas sim em oferecer à população um enquadramento e um conjunto de iniciativas para a construção da democracia; ao mesmo tempo, previu-se que seriam muito mais necessários e possíveis que anteriormente os contactos com autoridades contras-Unitas de Salvação Nacional, Governo Provisório e M.F.A., circunstância que impunha a existência de um mínimo de centralização. Assim surgiu o MDP, procurando individual não só a grandezca e validade do trabalho que tem po-

dido realizar no desmantelamento das estruturas fascistas e na consubstancialização democrática, como ainda a cooperação que oferece às formações partidárias de esquerda através da mentalização do despertar para os problemas e da discussão aberta das soluções que têm vindo a fazer de forma intensa e crescente por todo o País.

Resumindo: O MDP, não sendo nem pretendendo ser um Partido, exerce uma acção que é útil a todos os partidos de esquerda.

**EXPRESSO:** Sabe-se que dentro da plataforma de organismos unitários podem agir e agir filiados em diversos partidos. Nomeadamente o PSD e o PS têm acusado, de forma mais ou menos aberta, o MDP de organização controlada, através de infiltração de militantes, pelo PCP. Que pensa disto?

**F. P. M.:** Como já disse há pouco, têm trabalhado naquilo que é actualmente o MDP pessoas pertencentes aos vários partidos políticos de esquerda e pessoas sem filiação partidária.

Nunca se perguntou a ninguém, dentro do MDP, acerca do seu partido ou sequer se o tem, nem me parece admissível que isso venha a fazer-se. Os objetivos que ficaram apontados ao Movimento Democrático e as acções concretas desenvolvidas em cada fase de acção na vida política nacional são suficientes para o caracterizar e para lhe dar o não a das pessoas empregadas na construção de um Portugal democrático, aberto a uma via socialista.

Todavia, tenho a sensação que algumas formações políticas de esquerda comecem, que, daqui para o futuro, só há lugar para a acção de partido e defendem

Continua pág. 4

## Pereira de Moura

Continuação do 3

este ponto de vista devido a um erro teórico ou depois de uma análise comparada da força e do número de activistas das diversas formações de esquerda, é ponto que ignoro. Mas a consequência é esta: a revelar-se na divergência entre as orientações emanadas dos directórios ou das cúpulas de algumas dessas formações, e o comportamento efectivo de grande parte dos seus militantes e aderentes que continuam a trabalhar no MDP e a participar nas suas iniciativas.

Ainda, se não fosse assim, poderia efectivamente acontecer que o Movimento Democrático se re-

duzisse à presença de pessoas da formação partidária que não trouxe a público quaisquer orientações de discordância (o PCP) e numerosas pessoas sem filiação partidária, o que enfraqueceria a representatividade do Movimento e a força das suas acções.

Um argumento que tem sido avançado por pensuras de alguns partidos é o de que, desde o momento em que é possível a existência de partidos políticos em Portugal, todas as pessoas empenhadas na acção política deverão arrumar-se a algum desses partidos. Simplesmente, acontece que há dezenas ou centenas de milhares de pessoas efectivamente

empenhadas na acção política e que não se dispõem a aceitar como indiscutível essa sugestão; ou são uma dessas pessoas e penso poder continuar a trabalhar activamente na construção de um Portugal democrático, mesmo enquanto a indefinição de alguns programas partidários, a tentativa constante de cada um deles não se deixar ultrapassar à esquerda, a insuficiente adequação entre as afirmações verbais e a base social de algumas formações persistirem causando alguns prejuízos à democracia, pela desorientação e incerteza em que deixam uma população ainda não fortemente politizada.

ALVES, Vítor; MARTINS, Com.º

# Dois ministros que entram falam ao "EXPRESSO"

Vítor Alves:

"Pensamos atacar rapidamente os problemas prementes"

O MAJOR Vítor Rodrigues Alves tem 39 anos de idade. Ingressou na Academia Militar, na arma de Infantaria em 1954, entrando nos quadros permanentes do Exército em 1956. Promovido a major em 1962. Fez parte de várias delegações portuguesas a conferências no estrangeiro. Membro da Comissão Coordenadora do Programa do M. F. A., ocupou o cargo de Conselheiro de Estado do primeiro Governo Provisório, passando na presente reconstituição governamental a ministro sem pasta.

**EXPRESSO:** Qual a razão da vinda para o governo de elementos do MFA?

**VÍTOR ALVES:** Por razões de vária ordem, o governo anterior não terá conseguido pôr em prática, tão cedo quanto desejável, sobretudo a institucionalização das liberdades democráticas. Falta-nos, portanto, que a nossa vinda para o governo poderia de qualquer forma conduzir, mais rapidamente, a esta institucionalização, na medida em que, tendo iniciado o 25 de Abril e não o tendo atinado, de maneira nenhuma, terminado e tendo por outro lado o aval público, mais facilmente poderíamos ir para esta institucionalização.

## Reavaliação democrática e reavaliação socialista

**EXPRESSO:** Como encara a hipótese de os ministros militares falarem na concretização dos seus objectivos?

**VÍTOR ALVES:** Não queremos sequer admitir a hipótese de a actuação dos presentes ministros militares falhar. Admitimos esse falhar, até admitir que não se-

fiamos competentes para levar a cabo um processo que estudámos. A nossa intenção, é bem clara. Está escrita no nosso programa. Continuaremos a ser absolutamente fiéis à ideia que nos norteou. Só poderíamos fracassar se não tivéssemos o apoio geral que estamos certos de ter. É natural que haja algumas discordâncias relativamente ao próprio Programa, o que já se tem verificado e verifica-se ainda, pois a imprensa, de vez em quando, aponta as ideias de determinados grupos que vemos com muito mais satisfação que a revolução do 25 de Abril não tivesse sido uma revolução socialista, mas uma revolução socialista e, por conseguinte, não sentimos que tenhamos feito a revolução dos seus objectivos. De qualquer maneira, estes próprios grupos estarão — estou certo — também convencidos, de que, mesmo para o processo que idealizaram, estamos fazendo a consolidação de uma parte que lhes seria essencial para o seu processo. A verdade é que todas as condições são para que se não falhe e sobretudo, como disse, porque estamos certos que contamos com o apoio generalizado.

**EXPRESSO:** Qual a posição do MFA perante a sua ascensão aos ministérios?

**VÍTOR ALVES:** Quando se pôs a hipótese de o MFA ser representado ao Governo foi com o aval do próprio Movimento. Tendo elementos seus no Governo, o MFA está cada vez mais interessado na concretização do seu programa. Este passo, agora dado, só poderá concerner para uma maior coesão e anca para civis ou desagregação.

**EXPRESSO:** Quais os pontos que consideram prioritários na vossa actuação?

**VÍTOR ALVES:** Pensamos "atacar" o mais rapidamente possível todos os problemas que consideramos prementes, e que, por várias razões que não vêm agora ao caso, não foram tratados — ou pelo menos não foram agitados publicamente — pelo Governo anterior. Refiro-me nomeadamente ao problema da greve, ao problema sindical, à liberdade de associação à liberdade de reunião, ao problema da imprensa, à definição da linha económica, etc. Neste momento estou ciente de que as preocupações dos elementos que estão no Governo são precisamente aquelas que todos os portugueses, neste momento, têm.

## Apelo à Informação

Concretizando, o major Vítor Alves acrescenta: "A greve é a única arma dos trabalhadores. Há pois que regulamentá-la. Regulamentar uma greve não é de modo algum interdita-la. Do mesmo modo, será também em breve regulamentado o "lock out". Quanto ao decreto-lei 281/74 (Lei de Imprensa) estamos a fazer um documento anónimo. Certamente que será revisto. Se sofrer ou não alterações vai depender da comissão que será nomeada para essa revisão. Como pensamos que nela estarão representados os trabalhadores de informação — os principais visados — quase que diria que deve sofrer alterações.

**EXPRESSO:** Qual a evolução provável do problema colonial?

**VÍTOR ALVES:** Tal como já foi referido pelo Primeiro-Ministro estamos absolutamente voltados para o problema colonial. Temos esperanças que dentro em breve haja notícias que desencas-

em espírito que tenham que então esteja a ser tratado.

O próprio Ministro da Coordenação Interterritorial referiu o facto de publicamente o assunto não ser muito debatido, sobretudo, após a interrupção das conversações com o PAIGC, não quer dizer que se tenha estado parado.

Em relação aos recentes incidentes de Luanda esse assunto está a ser directamente controlado pelo Governo-Geral de Angola em contacto directo com o ministro da Coordenação Interterritorial, mas parece-nos ser um problema de administração local.

E, a terminar, o ministro Vítor Alves acrescenta:

"Consideramos que neste momento da vida nacional nos compete a todos, mas que compete e muito aos órgãos de informação, o auxílio ao "arranjar" que o novo Governo pretende fazer, no sentido da conquista dos objectivos que a todos, interessam. Será muito da responsabilidade dos órgãos de informação a forma, como o apoio, que até agora não tem sido negado nem por esses órgãos, nem pela população em geral, o não venha a ser, isto é, o incremento, se possível, desse apoio. Isso conseguir-se-á, sobretudo, através de campanhas de educação que os próprios meios de comunicação possam vir a pôr em prática relativamente a todas as medidas que venham a ser tomadas e ser tomadas. Esse apoio, considero-o fundamental e tenho a noção exacta de que só com uma interiorização fiel das medidas que vierem a ser tomadas, uma vontade intransigente de consolidar o processo em que estamos empenhados, diria, só com esse apoio total dos órgãos de informação, conseguiremos cumprir integralmente o programa do Movimento das Forças Armadas."

Costa Martins:

## “Disciplinar as relações entre trabalhadores e patrões”

JOSE INACIO DA COSTA MARTINS, capitão da Força Aérea, 30 anos. Foi um dos principais — e um dos primeiros — organizadores do Movimento das Forças Armadas na Força Aérea. No dia 25 de Abril, encarregou-se, entre outras coisas, de ocupar o Aeroporto de Lisboa e a unidade militar nele instalada, o Aeródromo-Base n.º 1. Define-se a si próprio como “um velho democrata de antigamente, não do 26 de Abril”. Sempre se opôs ao regime anterior e por isso teve problemas na Força Aérea, onde foi punido várias vezes com prisão. Havia recebido ordem do ex-secretário de Estado da Aeronáutica para sair do Continente. A partida deveria verificar-se a 25 de Abril; o 25 de Abril veio antes.

O Capitão Costa Martins foi nomeado Ministro do Trabalho na passada 4.ª-feira. O “EXPRESSO” quis ouvir:

**EXPRESSO:** Qual o seu estado de espírito perante as novas funções que passa a desempenhar?

**COSTA MARTINS:** O lugar é difícil. Mas não há dificuldades insuperáveis, desde que haja boa-vontade e espírito de colaboração das massas trabalhadoras e do patronato.

**EXPRESSO:** Quais são os problemas principais da sua pasta?

**COSTA MARTINS:** Assim de traça, disciplinar as relações entre o patronato e as massas trabalhadoras. Para tal é necessário criar uma legislação justa que garanta a implantação de uma verdadeira justiça social no país.

**EXPRESSO:** Que assuntos deverá abordar prioritariamente essa legislação?

**COSTA MARTINS:** Regulamentação da greve e do “lock-out” e legislação sindical, nomeadamente quanto à contratação colectiva e à estrutura dos sindicatos.

**EXPRESSO:** Já haviam sido apresentados pelo seu predecessor, e quanto à greve, pelo Dr. Sá Carneiro, projectos de decretação sobre esses assuntos. Vai retomá-los?

**COSTA MARTINS:** Pense que entendi-lo não desde o princípio, o que, evidentemente, não significa que não recorra aos elementos essenciais dos projectos que mencionou. A greve, quanto a mim, é legítima, desde que se enquadre nas regras do jogo na legalidade. É fundamental que as massas trabalhadoras tosem consciência da necessidade de trabalhar a sério para a reconstrução do país; tal como é igualmente essencial uma resposta positiva do patronato em relação às justas reivindicações das massas trabalhadoras.

Discreto das greves selvagens e julgo que qualquer português consciente deve ser contra elas. Acordo no direito à greve, devidamente regulamentado, como forma de, em última análise, os

trabalhadores conseguirem obter as suas justas reivindicações.

**EXPRESSO:** O patronato tem, por diversos meios, mantido implacável quanto ao futuro negociação quanto ao futuro negociação, apontando, entre outras coisas do seu recuo de investida, a inerteza em matéria de relações de trabalho.

**COSTA MARTINS:** Não há razões para não investir. Basta atentar nos discursos, de 5.ª-feira passada, do Presidente da República e do Primeiro-Ministro para se acreditar que Portugal irá viver num clima de segurança, indispensável para a concretização do processo democrático e para o progresso do país.

**EXPRESSO:** Que política tendem seguir no que respecta aos salários e ao número de horas de trabalho?

**COSTA MARTINS:** Procurarei seguir uma política que permita conseguir o máximo de rendimento de trabalho, à que corresponda simultaneamente uma

justa elevação de salários. Para tal, terá, em breve, reuniões com os dirigentes dos sindicatos e do patronato.

**EXPRESSO:** Como encara o problema do saneamento?

**COSTA MARTINS:** Não poderei ser feito de outra forma justa e imparcial, depois de uma análise concreta dos factos.

**EXPRESSO:** Que tipo de relações vão existir entre o Ministério do Trabalho e o da Economia?

**COSTA MARTINS:** Há necessidade de se promoverem reuniões regulares de um Conselho de Ministros restrito, visando a solução dos assuntos sócio-económicos mais urgentes; por exemplo, a criação de postos de trabalho que absorvam os excedentes de mão-de-obra.

Além disso, terá, como é óbvio, contactos bilaterais, não apenas com o ministro da Economia, mas também com o ministro dos Assuntos Sociais.

**EXPRESSO:** O Movimento das

Forças Armadas, participando no Governo, assume uma responsabilidade política directa, passando as acções das suas pastas que figuram no Governo, a ser criticadas quotidianamente.

**COSTA MARTINS:** Não tendo como poderá ser criticado a M. F. A. no quotidiano, mesmo através dos actos de governo, por estes perfeitamente concebidos de que todos os elementos do Movimento que pertencem ao Governo estão interessados na verdadeira concretização do Programa da M. F. A., ao qual praticamente todo o país aderiu desde o 25 de Abril.

Um ataque à actuação de um Governo que se enquadra no espírito do Programa das Forças Armadas só poderá ser entendido como período de insidias que não acizam o Programa. Julgo que ninguém melhor do que os homens que o elaboraram — e que fizeram o 25 de Abril — poderá interpretar verdadeiramente o seu espírito.



SOARES, Mário

# Um ministro que fica fala ao "EXPRESSO"

## Mário Soares: "Os homens públicos devem evitar as polémicas"

NA ENTREVISTA EXCLUSIVA AO "EXPRESSO", o ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Mário Soares, fez uma breve análise das circunstâncias que originaram a recente crise ministerial e referiu com optimismo o futuro das negociações com os movimentos nacionalistas africanos.

"Pondo de parte os aspectos polémicos que possam incidir na apreciação e na análise da crise, visto que eu penso que as forças políticas democráticas devem estender-se, devem convergir e evitar os pontos de divergência, e salientar as convergências, pondo de parte, portanto, os aspectos polémicos, dir-lhe-ei que me sinto satisfeito pela maneira como se desenrolou esta mini-crise política que se deu em Portugal, visto que a solução dessa crise representa uma fidelidade estrita ao Programa das Forças Armadas, programa esse que me parece ser o substrato do acordo dos partidos políticos democráticos com as Forças Armadas, para levar à consolidação da democracia e da descolonização."

EXPRESSO: "Logo no dia em que foi tornada pública a demissão do então primeiro-ministro Palma Carlos, o senhor ministro fez declarações à Rádio, das quais se poderia inferir que a tentativa de modificações das forças políticas que estavam no Poder teria sido da iniciativa do prof. Palma Carlos e com intenção de inclinar a coligação para um pendor direitaista."

Dr. Mário Soares: "Bem, eu dei uma explicação de como, do meu ponto de vista, entrou a demissão do prof. Palma Carlos e antes mesmo de ele sair, eu disse, sem qualquer desprezo para a

peço do prof. Palma Carlos — que não era em causa e de quem sou amigo há longos anos — dada que tinha havido uma tentativa no sentido de antecipar a eleição do presidente da República, de adiar as eleições gerais que estão marcadas para Março de 1975, de reforçar os poderes do presidente do Conselho, o que atirga o princípio da colegialidade que é indispensável num governo de coligação, e de criar uma constituição provisória para aquele período (entre a eleição do presidente da República e as eleições gerais em 1976). Ora, parecia-me que isso iria atingir o espírito e a forma do Programa do MFA, e por isso me manifestei contrário a essa iniciativa."

### Alargar o conceito de auto-determinação

"A classificação de ser uma iniciativa de direito ou de esquerda", prossegue o ministro Mário Soares, "parece-me que é secundária neste momento, pois o que interessa é verificar que a coligação se mantém, isto é, que os três partidos que estavam na coligação governamental, o Partido Socialista, o Partido Comunista e o Partido Popular Democrático se mantêm no conjunto das forças democráticas portuguesas que apoiam essa coligação, reforçada com a participação de representantes qualificados do Movimento das Forças Armadas, isto é, dos homens que fizeram efectivamente o 25 de Abril, que restituiram a liberdade ao povo português."

Presença essa que só pode

publilhar o desejo do Governo Provisório actual de rapidamente caminhar no sentido da consolidação da democracia e da descolonização. De resto, houve uma intervenção, uma modificação feita pelo Conselho de Estado, da Lei Constitucional, no sentido de alargar a interpretação do termo autodeterminação, dizendo que a autodeterminação com todas as suas consequências implica naturalmente a independência, e também no sentido de reforçar a ideia existente hoje no Governo Provisório, de que é necessário acelerar o processo de descolonização que levou ao desfecho normal que é a independência."

**EXPRESSO:** "Senhor ministro, corre com uma certa insistência o rumor de que o reconhecimento da República da Guiné-Bissau por parte do Governo português estaria em aberto, sendo apenas uma questão de dias ou semanas. O próprio dr. Veiga Simão, à sua chegada a Nova Iorque, referiu-se ao assunto, expondo a quase certeza de que tal reconhecimento será divulgado antes da primeira assembleia das Nações Unidas. Que pode o ministro adiantar?"

**Dr. Mário Soares:** "Efec-

tivamente, il nos jornais as declarações do professor Veiga Simão. Penso que elas correspondem ao pensamento do Governo português, e há sem dúvida o desejo de caminhar nesse sentido, desejo que foi evidenciado nas negociações públicas com o PAIGC em Londres e em Argel e depois disso deram-se alguns passos, não públicos, no sentido de prosseguir a iniciativa, que deverá ser concretizada pelo Governo Provisório."

### **Negociações: cuidado, ponderação, discrição**

**EXPRESSO:** "Foi referido ontem, por um elemento proeminente do MFA, o facto de no Ministério dos Negócios Estrangeiros não se fazer nada para prosseguir as negociações, para além da abertura inicial com os movimentos de libertação dos territórios africanos. Tais declarações tiveram largo impacto público e o "EXPRESSO" gostaria de

ouvir o senhor ministro sobre o tema, que é de actualidade corrente."

**Dr. Mário Soares:** "O que tenho para mim é que as afirmações que referiu são uma forma de dizer. Que poderão não corresponder ao pensamento de quem as fez (que quem tenho, aliás como todos os portugueses, o maior respeito e admiração). Penso que não correspondem ao pensamento dessa pessoa porque ela participou nessas negociações iniciais, tomou at parte muito importante nelas e nelas fizemos um trabalho de desbravamento que é muito importante."

O que a pessoa em causa queria dizer provavelmente, e isso é certo, é que não chegámos à fase final, pois havia um conjunto de condicionamentos muito complexo e não havia condições, nessas altura, para chegar à fase última das negociações. Desde o início, as negociações tiveram uma fase espectacular, que era indispensável, para dar publicidade à abertura do diálogo e às relações extremamente cordiais que mantínhamos, publicidade sem a qual não nos teríamos sequer adquirido, perante a opinião

pública africana e os movimentos nacionalistas, a credibilidade para negociar.

Portanto, essa fase era indispensável mas eu sempre disse que, para além dos primeiros factores adquiridos na possibilidade de dialogar, de nos entendermos, da cordialidade, da compreensão recíproca, do respeito mútuo, que ficaram bem vinculados e que são muito importantes, tinha depois de se entrar numa fase mais difícil, lenta e complexa que é a negociação — conducente ao reconhecimento da independência da Guiné e que leve ao encontro de uma solução pacífica em Angola e Moçambique, onde existem situações extremamente complexas, com variantes diferentes em que é preciso ter-se em conta todos os interesses em presença. Não só os interesses legítimos das populações africanas, que têm de ser respeitados em primeiro lugar, como também os legítimos interesses das populações de alguns europeus que se encontram em Angola e Moçambique e que têm trabalhado para o engrandecimento desses territórios. Por isso e numa fase dessas, que é naturalmente complexa, é evidente que tem que

se andar com cuidado, com ponderação e com discrição."

EXPRESSO: "Compreende-se que durante a crise governamental, as negociações com os movimentos nacionalistas tenham estagnado, mas porque o senhor ministro retornou a mesma pauta dos Negócios Estrangeiros, pode dizer-nos concretamente se o processo vai ser acelerado e em que termos?"

Dr. Mário Soares: "Posso dizer que penso que sim, que há boas perspectivas."

EXPRESSO: "Mas ainda sem encontros marcados?"

Dr. Mário Soares: "Repto que há boas perspectivas."

### Resolver em conjunto os problemas do povo

Dr. Mário Soares: "Desjaria acrescentar, especialmente para o EXPRESSO, que nós entramos numa nova fase da política portuguesa. Com este novo governo temos condições para efectivamente levar este processo por

dianit, com a ajuda e solidariedade que se estabelecer entre as forças democráticas, os partidos democráticos e as Forças Armadas, no quadro de uma linha comum de entendimento de um acordo, de uma plataforma que é justamente o Programa das Forças Armadas. Temos condições para acelerar o processo da democratização, da descolonização e do desenvolvimento económico do País. Temos que o fazer na liberdade, na paz e se possível na fraternidade. Entendo que as forças democráticas e os homens públicos, devem evitar entre si as polémicas que podem azeitar uma situação que é já de si difícil e concentrarem-se nas tarefas urgentes, no trabalho para arrancar este país ao subdesenvolvimento, para resolverem na medida do possível e muito rapidamente os problemas centrais do nosso povo, nos domínios da educação, da habitação, do transporte, dos vencimentos, e para resolver os grandes problemas nacionais. Esse é o trabalho que nos espera e penso que temos as condições para o desenvolver, sem iniciar prematuramente uma campanha eleitoral que só irá prejudicar esse trabalho."

## P. P. D. é alheio às causas da crise

"O POVO Português foi escassamente informado da crise e viu as suas autênticas causas deturpadas partidariamente, em termos de aproveitamento oportunístico ou de calónia fácil" — Afirma um comunicado do P. P. D. em relação à recente crise governamental — "Não se pode, após o 25 de Abril, fazer política a 'apontar com o dedo'. Não se pode hoje ocultar à Nação os problemas reais com que se debate, lidando-a com intrigas e insinuações. Foi difícil e demorada a constituição do Governo. Desde sempre o Partido Popular Democrático apoiou a coligação e colaborou activamente na formação do Governo, tal como os demais partidos. Se os problemas fossem pessoais e só uma pessoa ou mais estivessem em causa, fácil seria a sua substituição. Mas os reais problemas políticos eram de fundo, pelo que o M. F. A. teve de intervir, assumindo responsabilidades governamentais através do Primeiro-Ministro, chamado a formar Governo em que numerosos postos são agora confiados a militares do Movimento."

"Em anteriores comunicados, o Partido Popular Democrático salientou a gravidade de alguns problemas nacionais e que se enraizam na necessidade, sentida por todos, de descolonização urgente, formulação de uma política económica, prestigio e eficácia da acção governativa, estreitidade entre o poder de facto e o poder de direito."

"Que tais problemas são reais, é revelado pela própria necessidade sentida de lhes procurar soluções. O Conselho de Estado formulou

uma interpretação extensiva do texto constitucional — Programa do M. F. A. — visando acelerar a descolonização. Seguidamente o M. F. A. assumiu responsabilidades governativas para garantia de execução do seu Programa."

"Como o Partido Popular Democrático já acentuou, a 'criação de estruturas paralelas e partidárias no âmbito de alguns Ministérios, a ocupação, em termos também de partido da imprensa, rádio e televisão', são infelizmente uma realidade contrária ao Programa do M. F. A. (...)"

"A lição partidária das Forças Armadas levará a fazer cessar, como se torna necessário, que alguns partidos venham publicamente criticar decisões governamentais que os seus representantes originaram ou votaram, como aconteceu, por exemplo, com a comissão 'ad hoc' face à imprensa, rádio e televisão, com a designação para embaixador do ex-ministro Veiga Simão ou com as declarações de desconhecimento de posição do Primeiro-Ministro Palma Carlos discutidas em Conselho antes de submetida ao Conselho de Estado."

"Não se pretende, naturalmente — continua o P. P. D. —, que os partidos envolvidos na coligação celem as suas críticas. Mas exige-se-lhes que o façam em termos de honestidade."

"O facto de o Movimento das Forças Armadas assumir a liderança política, impede também que alguns ataques ao Governo continuem a efectuar-se sob a capa protectora da invocação do

Programa do Movimento das Forças Armadas."

"Só um Governo com as características apontadas de idoneidade, autêntico ideal democrático e seneção, tem condições para corrigir e reprimir as actuações não democráticas e os abusos da força e conferir ao Povo condições para, livremente, decidir dos seus destinos."

"Finalmente, deve sublinhar-se que houve que alterar constitucionalmente os poderes do Primeiro-Ministro, reforçando-os,

o que igualmente corresponde a maior eficácia e coesão da equipa governamental. Quer dizer: ao contrário do que tem tentado sustentar-se, enganando o Povo, existia efectivamente uma crise de Governo e os problemas enfrentados, autênticos."

"O Partido Popular Democrático — diz ainda o comunicado — não desencadeou qualquer crise. Ela era problema nacional que o País acabou por conhecer e enfrentar. Quando se acenta no modo tendencioso como se pretende comprometer na crise o Partido Popular Democrático e a pessoa do seu secretário-geral, não podemos deixar de nos interrogar sobre quem pretende ou não pretende trabalhar em Democracia e quem

tem medo de processos democráticos."

"Quando certos sectores partidários insinuam e acusam o Partido Popular Democrático de ter sido causador da crise governamental, ou revelam incapacidade para compreender as verdadeiras causas da crise ou apenas traduzem desgozo mal

difundido por não terem continuado um Governo e uma situação de facto que vuhbarciaramente servido a criação de um ambiente anárquico, contrário à instauração da verdadeira Democracia em Portugal e ao desejo da generalidade do Povo manifestado no 25 de Abril e presente no Programa do Movimento das Forças Armadas."

## P. C. P. O novo Governo enfrentará sérias dificuldades

O COMITE Central do P. C. P., em recente comunicado, acerca da formação do novo G. P. C., considera "favoráveis as perspectivas, devido a terem-se mantido as características de coligação, reforçadas pela estrada directa do Movimento das Forças Armadas na equipa governativa, assumindo nestas as mais altas responsabilidades. O P. C. P. considera, também, significativo o afastamento de elementos conservadores que "puseram em causa o programa do Movimento" e "tentaram estravar e impedir o processo de democratização".

Mais adiante afirma terem sido criadas "melhores condições", "para pôr em prática o programa do M. F. A., fazer frente às manobras e conspirações da reacção, prosseguir a democratização, pôr fim à guerra colonial e conduzir o País até à realização de eleições livres para a Assembleia Constituinte".

No que respeita às propostas feitas pelo ex-primeiro ministro Palma Carlos, o Comité Central do P. C. P. considerou que "a serem aprovadas teriam como consequências pôr fim à coligação governamental, ameaçar a curto prazo a própria existência do Movimento das Forças Armadas e "desviar o caminho a este regime".

"As propostas do ex-primeiro-ministro no sentido do abandono do Programa do M. F. A. e do estabelecimento de um governo de força tem de considerar-se parte integrante duma ampla ofensiva conservadora e reaccionária contra o novo curso da politica portuguesa iniciado em 25 de Abril.

As decisões do Conselho do Estado, rejeitando essas propostas, e finalmente a constituição do novo Governo significam um sério desejo para o conservantismo e a reacção e uma consolidação das forças que lutam unidas pela democracia, a paz e o progresso social."

"O novo Governo Provisorio irá enfrentar sérias e graves dificuldades".

"Dificuldades politicas, resultantes da complexidade da institucionalização das liberdades e direitos dos cidadãos, com o duplo objectivo de garantir o seu exercicio e de assegurar a nova ordem democrática.

Dificuldades economicas, resultantes do pesado herança deixada pelo fascismo e da acção económica e financeira, que por vezes toma o caracter de autentica sabotagem, de grandes grupos monopolistas que procuraram contrariar, comprometer e se possível anular o novo curso democrático da politica portuguesa.

Dificuldades sociais inevitáveis na medida em que continua a ser exigido aos trabalhadores que limitem as suas reclamações e paguem o preço da estabilidade económica ao mesmo tempo que o grande capital cria impudentemente graves dificuldades à economia portuguesa.

Dificuldades na solução do problema colonial, resultantes de hesitações e de delongas nas negociações, das explosões de racismo, de resistências em reconhecer as novas realidades e a evolução inevitável e irreversível para a liquidação do colonialismo."

## Um problema de confiança

TOMOU POSSE o 2.º Governo Provisório do regime político transitório subsequente ao 25 de Abril.

Perante os nomes que compõem o Governo, as orientações partidárias que nele confluem, as afirmações públicas feitas durante o acto de posse — a opinião pública portuguesa não pôde deixar de se colocar um problema de importância fundamental: a sua confiança na estrutura constitucional e nos governantes que deverão orientar o País até Março de 1975.

A questão de confiança só se pôde efectivamente em regimes democráticos ou em vias de consolidação da democracia. Num regime autoritário, autocrático (como era o deposto no dia 25 de Abril) não havia lugar para o relevo político da confiança dos governados nos governantes. Estes eram sistematicamente designados por processos não democráticos, a sua actividade encontrava-se largamente subtraída ao controlo dos cidadãos portugueses, um sistema policial apertado condicionava a crítica operante feita pela opinião pública. Assim vivemos durante quase cinco décadas.

E é talvez porque um tão longo período de limitação da vida democrática deixou sequelas graves no nosso comportamento político, que a questão da nossa confiança naqueles que nos governam se põe com a maior acuidade.

O Movimento das Forças Armadas veio dotar o país de uma estrutura constitucional substancialmente diversa. Veio no fundo, a ser o portador de uma legitimidade nova, a legitimidade revolucionária, em que se baseiam todas as instituições de governo existentes, neste momento, entre nós. Os portugueses conhecem e apoiam, na sua esmagadora maioria, o Programa do Movimento das Forças Armadas. Esse Programa traduz com fidelidade o pensamento orientador do Movimento de 25 de Abril. E a coesão presente de todos os elementos do MFA constitui uma garantia inequívoca para a opinião pública portuguesa.

Não é pois em relação ao Movimento das Forças Armadas, nem ao seu Programa, nem à Junta de Salvação Nacional e ao Presidente da República, dele emanados que se suscita a questão de confiança.

Essa questão tem razão de ser relativamente à aplicação daquele Programa, e à composição, competência e funcionamento do Governo Provisório.

Na vigência do I Governo, presidido por Palma Carlos, era visível o acumular de dúvidas, de incertezas quanto a algumas linhas de orientação política e quanto à capacidade de efectiva execução dos projectos que iam sendo elaborados e publicamente divulgados. Os 54 dias da experiência desse Governo originaram nos mais diversos sectores da vida portuguesa fundadas preocupações quanto ao futuro. Em vários desses sectores emergiram poderes de facto condicionando, quando não mesmo paralisando os poderes de direito. A situação económica corria o risco de se agravar, sob a pressão de tensões generalizadas, quase sempre ligadas a movimentos reivindicativos desproporcionados e inoportunos ou a estrangulamentos intencionais da reacção.

Para muitos chegou-se mesmo a pôr o problema de saber em que medida as interpretações que estavam a ser dadas ao Programa do MFA eram as mais adequadas para a resolução satisfatória dos problemas mais prementes da sociedade portuguesa.

Não que estivesse em causa o próprio Programa, que é dotado de maleabilidade suficiente para poder enfrentar os reprovos postos pela realidade social. O que se discutia era a sua interpretação, em permanente diálogo de surdos, que preocupava os cidadãos portugueses. Existia latente a crise que veio a traduzir-se, depois, a nível governativo.

O novo Governo Provisório é, acima de tudo, o resultado de uma tentativa deliberada de dar resposta às exigências criadas por tal situação de crise.

E, para tanto, ele representa uma tomada de posição claríssima por parte do Movimento das Forças Armadas, que, melhor do que ninguém, pode ser o fiel interprete e executor do seu Programa. Criam-se condições para que daqui para o futuro se tomem desnecessárias longas divagações ou teóricas congeminações sobre o exacto alcance da lei constitucional em vigor. A missão do II Governo Provisório será, assim, em larga medida de dar cumprimento ao que poderíamos chamar a interpretação autêntica e permanente do Programa do Movimento das Forças Armadas.

O que fica dito explica o porquê da maior confiança que os portugueses têm razões para depositar no Governo que acabou de entrar em funções. Não se trata de uma questão de pessoas — de os novos ministros serem melhores ou piores que os anteriores. Trata-se de uma questão de fundo: a de se poder apenas confiar num Governo que dê as garantias mínimas de durabilidade e de coesão, bem como de efectiva consonância com os restantes poderes do Estado.

As tarefas que se impoem ao Governo de Vasco Gonçalves não são, porém, mais fáceis do que aquelas que se punham ao Governo de Palma Carlos. Arriscamo-nos até a opinar que elas são bem mais difíceis. A medida que o tempo corre sem que problemas herdados do passado tenham solução, os meios disponíveis para esta vão-se tornando mais escassos, menos populares, menos convincentes.

Isto implica que uma das preocupações do novo Governo terá forçosamente de ser a de criar nos portugueses um clima de confiança que deles se encontra cronicamente afastado.

Claro que esta confiança passa pelo apelo à participação democrática de todos na resolução dos problemas colectivos. Claro que ela depende de muitos factores que um Governo Provisório não pode controlar. Mas um Governo Provisório já pode criar confiança por aquilo que faz e pela velocidade com que o faz. Eficácia e rapidez são dois trunfos em que se poderá e deverá basear a obra governativa a desenvolver até às eleições para a Constituinte.

É pois com a maior expectativa que a opinião pública aguarda a actividade do Governo de Vasco Gonçalves. Governo que integra representantes dos principais partidos políticos portugueses, algumas personalidades independentes e, sobretudo, vários membros destacados do Movimento das Forças Armadas. Se a presença dos representantes dos partidos garante a institucionalização progressiva de uma vida democrática pluralista, a presença dos membros do Governo militares garante um escrupuloso cumprimento de um isento e cabal Programa de democratização do País.

Os militares que fizeram o já histórico Movimento de 25 de Abril garantem no Governo a rápida implantação de mecanismos democráticos em Portugal. Pela sua formação política são avessos a qualquer solução de ditadura militar, por muito entusiasmante ou acalmante que essa solução fosse para os sectores mais reaccionários da economia e da sociedade portuguesa. Não. Não é uma ditadura militar, mais ou menos encapotada, que pretendem os jovens oficiais do Movimento.

Quizeram uma revolução sem sangue para abrir ao País perspectivas, para muitos inesperadas, de uma verdadeira democracia. São o penhor constante de que esse objectivo não será obstruído ou afastado por quaisquer organizações políticas, económicas e sociais.

Cremos que tanto basta para que os portugueses estejam mais confiantes, embora não menos atentos e disponíveis, quanto a um futuro político democrático.

PEREIRA, João Martins

# 54 dias depois: "acertar o passo"?

João Martins Pereira

NO MOMENTO em que se está atingindo o desfecho da primeira «crise» importante ao nível das instituições políticas saídas do 25 de Abril, e dada a extrema superficialidade, as meia-palavras tácticas, com que os órgãos de informação e as próprias organizações políticas comentaram o caso, julgo que não será inútil tentar ir um pouco mais longe. Começarei por uma apreciação descritiva e estrutural do processo, para posteriormente analisar algumas das suas implicações mais profundas.

Tudo parte — embora isso seja apenas o pano de fundo, importante aliás — da interpretação a dar na prática ao programa do M.F.A. Trata-se, sem dúvida, de um documento de compromisso, mas que, claramente, demarca serios limites «à direita»: o exercício das liberdades democráticas, a destruição dos aparelhos fascistas, a referência a uma «estratégia anti-monopolista», a imposição de uma política social que favoreça «as classes trabalhadoras», a exigência de que sejam dados os passos necessários para chegar à paz no que toca à questão colonial, etc., são apenas alguns exemplos desses mesmos limites. E «à esquerda», que limites comporta? De uma simples leitura do texto ressalta que tais limites não estão explicitamente fixados. Que quer isto dizer? Muito simplesmente, que esses limites são os que impõe a própria realidade social (sem falar em factores de ordem internacional). Isto é, em termos de governo, é esta, e não mais, a margem de manobra que existe. É dentro dela que as várias forças que constituem o Poder têm que avaliar o «possível», avançar

ou receder segundo as circunstâncias. Não é por acaso que a situação aquece a partir do momento em que se aproximava a decisão sobre um conjunto de medidas legislativas abrangendo os mais variados campos (económico e social, em particular). O espantilho do caos económico e da desordem social, cuidadosamente cultivado e propagandeado se não só pelos sectores mais «à direita» do governo, serviu naturalmente para defender e impor um programa de medidas que, ao que se sabe, eram de tal forma «moderadas» que, em certos aspectos importantes, pouco além iriam (se é que iam) do que se teria podido esperar de um governo de «antes do 25 de Abril». A questão colonial, esta, marcou passo. Tão patente era isto, bem como o facto de que cada dia que passava no imobilismo e na passividade só podiam acentuar aquelas tendências — e, portanto, «fazer o jogo da reacção», em linguagem eufemística — que o M.F.A. decidiu intervir politicamente. O primeiro confronto, que os jornais anunciaram sem o menor comentário que desse sequer a entender tratar-se disso, deu-se numa prolongada reunião, na segunda semana de Junho, em que, além do Presidente da República, estiveram presentes os dois ministros mais «assustados» (Sá Carneiro e Vieira de Almeida) mas que, pelos vistos, não conseguiram assustar os oficiais do M.F.A. Estes pareciam ter ganho o ascendente necessário para que aquela margem de manobra não fosse totalmente desaproveitada. Era de esperar que as organizações políticas de «esquerda» presentes no governo tivessem então tirado as suas conclusões e, mesmo sem sair do «realismo» que as caracte-

ria, exercido um mínimo de pressão naquele sentido. Provavelmente por razões tácticas não foi essa a acção que adoptaram e daí resultou que os sectores mais «à direita» tentaram fazer aprovar uma série de diplomas (e a própria nomeação do ex-ministro Veiga Semão para embaixador junto da O.N.U.) em que a intervenção do Conselho de Ministros, quando existe, se julga ter sido quase inevitavelmente num sentido «retilíneo», ou que provocava depois — por estranho que pareça — inflamadas críticas dos próprios partidos ao governo... Dai a chegar à «prova de forças», foi um passo: a proposta de alteração constitucional revelou que, a nível dos poderes institucionalizados (de que excluímos, obviamente, o M. F. A. — poder apenas «de facto»), as relações de força se apresentavam aparentemente favoráveis aos seus autores ou apadrinhadores. É certo que estes poderes se jogado com a «chancelagem» da crise governamental, mas não cremos que isso fosse, por si só, suficiente. Uma vez mais coube ao M.F.A. o papel de se opor a essa manobra, e não vemos que aqueles que constantemente falam de «reforço da «unidade do povo e das Forças Armadas» tenham querido meter o «povo» nisso. No meio de todo este processo, o «povo» só apareceu, na pessoa dos trabalhadores do Estado, para exigir a revisão do diploma que lhes daria respeito, aprovado em Conselho de Ministros ao que consta sem oposição: e para isso não contou com o apoio (a não ser a posteriori...) de quaisquer organizações partidárias ou sindicais, fi-lo espontaneamente.

Resultados? A curto prazo:

— Reforço da posição M.F.A., cujo programa se mantém intacto, e que terá, para além do imposto uma decidida acção no processo de descolonização.

— Manutenção de um equilíbrio das mesmas forças políticas dentro do governo, sendo de prever um maior dinamismo de decisões (e que sentido?) pela presença de maior número de militares, e d um primeiro-ministro também militar, saído do M.F.A.

— Impulso ao reagrupamento extra-governamental de forças de direita, que poderão vir a constituir um partido com aspiração a participação no governo: primeira oportunidade, e a consequente, com o apoio (mais ou menos discreto) da Presidência da República.

Entretanto, e começando já a situar a análise noutra campo, importante referir a declaração feita, em plena crise, à imprensa pela recém-criada Confederação de Indústria Portuguesa. Contrariamente ao que se poderia esperar e essencialmente uma afirmação de confiança. Dir-se-ia que o capital (sobretudo o grande capital) teria enfim compreendido as «novas realidades» e o partido que dela pode tirar. Face ao silêncio, a paralisia e às hesitações governamentais, anuncia iniciativas, emunha propostas, declara-se disposto a «jogar o jogo democrático».

Como se «cospira» isto com novas «configurações» governamentais (alguém posterior àquela declaração)? Segundo cremos, parece estar precisamente a encontrar-se uma «lógica» de evolução que julgamos ser a que corresponde à situação actual do desenvolvimento capitalista em nós. Vejamos: presença de militares no govern



vai permitir desbloquear o impasse em que se estava só por si (isto é, independentemente das medidas que sejam tomadas, e que não escapamos, têm de cair dentro daquela margem que inicialmente apostamos de confiança ao capital que, acima de tudo (embora não exclusivamente), pretende que

lhe assegurem ordem e lhe «identifiquem» sem ambiguidades a sede do Poder; mas, por isso mesmo, vai dar possibilidade ao governo de adoptar medidas mais «populares», sem temer a cada momento todos os caos deste mundo — o que não exclui que, em nome da ordem, não venha a intervir mais decididamente em matéria «repressiva»... Entretanto, o capital jogará politicamente a fundo no «grande partido (ou coligação de partidos) de direita centro-direita», com que buscará congregar as «classes médias», adiantado, primeiro discretamente, mais tarde abertamente (a medida que se aproximarem as eleições), ao re-

flexo anticomunista. O «projecto» tecnocrático começa, então, a ganhar forma. Queremos contudo sublinhar que estas considerações não devem ser entendidas como «previsões»: elas apontam uma tendência, que poderá vir a ser contrariada por factores de várias ordens.

Do ponto de vista das «forças» de esquerda, mais concretamente das classes trabalhadoras enquanto agentes do processo histórico-político, que quer isto dizer? Quando há a esperar direita, ou de outro, governo «democrático»? Que, em última análise, não sendo «dos trabalhadores (e não há condições concretas para que o seja), o governo é do capital, e portanto, também em última análise, é a ele que apançará a sua acção (estejam lá os partidos que estiverem)? Não sejam demasiado simplistas, não respondamos com uma lacónica afirmativa a esta interrogação. É evidente que serão os trabalhadores as grandes vítimas de todo o processo de restituição

que se inicia por cada período (ou mesmo burguês) que se «achata» com o negacionismo das ouzetas ou crenças de trabalho que não têm sem emprego...

É evidente também que o essencial das «conquistas» das classes trabalhadoras se refere de efectuar medidas mais concretas que se realizam nos locais de trabalho, mas também a todos os outros níveis de sociedade. E isso é assim...

Queremos, portanto, para reforçar a nossa posição política e manter politicamente uma atitude crítica, que nos permita definir as formas e conteúdos mais correctos de luta e de travas, face ao esquematismo dogmático de «palavras de ordem» que não deixarão de ser tomadas pelos aparelhos de Estado «controlá-las». Mas o que nos poderá ser indicado e referido mais ou menos correctamente de certas medidas que o governo venha a decidir, procurando explorar ao máximo o tempo de acção que lhes abram

as primeiras, e manifestando frontalmente a oposição — no caso das segundas (o exemplo dos funcionários públicos é ilustrativo). Nessa medida, uma situação persistente, pelos mais variados canais, junto daqueles que podem pesar nessas decisões, está hoje de constituir um «compromisso» daqueles que são verberados são por todos os «esquerdismos». É, de resto, na articulação das lutas de base com todas as outras formas de intervenção (juno das ou nas administrações locais, nos sindicatos, nas escolas, a diversos níveis do aparelho de Estado) que reside o essencial das tarefas que se impõem a todos os que visam a concretização a prazo de um projecto socialista consequente. Isto é, não é ao nível de governo ou aquela margem de manobra que referimos podera ser alargada: só as classes trabalhadoras o poderão conseguir.

(Artigo redigido na semana anterior a 13 de Junho)